

Produção e reprodução: a história da Contag como desafio interpretativo

Production and reproduction: the history of Contag as an interpretative challenge

Marcelo C. Rosa*

Resenha do livro: TEIXEIRA, Marco Antonio. **Contag 1963-2023:** ações de reprodução social e formas de ações coletivas. Mórula Editorial, 2023.

Palavras-chave: Contag; reprodução social; sindicalismo rural.

Keywords: Contag; Social reproduction; Rural trade unionism.

NOS DEBATES acadêmicos brasileiros sobre a história da mobilização social e política fora dos centros urbanos, a apreciação das ações da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) se tornou um ponto de inflexão incontornável. Ao mesmo tempo, um objeto de disputas interpretativas importantes no contexto de transição democrática.

As controvérsias políticas e acadêmicas sobre os papéis desempenhados pela confederação ao longo das décadas guardam forte relação com sua trajetória organizativa, que pode ser associada tanto ao modelo sindical corporativo (como foi a tônica até os anos 90) como ao que tem sido chamado de Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais sindicalizados (MSTTR). Para parte das e dos intérpretes (Ricci, 1999; Maybury-Lewis, 1994; Favaretto, 2006; Picolloto, 2018), essa dualidade analítica era o centro de uma suposta fragilidade ideológica que, ao mesmo tempo que se apoiava no Estado, representava os interesses da massa da vida rural brasileira ignorada pelo poder

* Professor Titular no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq e Cientista do Nosso Estado – Faperj. É coordenador do Laboratório de Sociologia Não-exemplar, CNPq/UFRRJ. E-mail: marcelocrosa@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8535-9570>.

público. Nesse polo interpretativo, o foco estava nas limitações que a relação com o Estado trazia para a luta política. De outro lado, proliferam estudos sobre como, mesmo diante de contextos políticos voláteis e violentos, a Contag permaneceu renovando os sentidos de sua representação rural tanto para assalariados rurais como para diversos outros coletivos ligados à vida na terra no país. De forma geral, este segundo grupo centrou suas pesquisas e análises na contínua capacidade de mobilização da entidade, a exemplo de Sigaud (1996) e Galindo e Rosa (2021).

Aquilo que foi interpretado, por algum tempo, como ambiguidade política e analítica indesejada, se configura no trabalho monográfico de Marco Antonio Teixeira como ponto de partida central para o esboço de uma forma atualizada de compreender os sentidos de longa duração da sua relevância no espaço público brasileiro. No livro, Teixeira lida com as tensões analíticas de forma sóbria e positiva, apontando para a necessidade de compreensão da complexidade organizativa daquela entidade como chave para desvendar seu entendimento. Para além dos achados interpretativos específicos da pesquisa, *Contag: 1963-2023* se torna uma das fontes mais completas de informação para qualquer pessoa, de origem acadêmica ou não, que queira compreender o sindicalismo rural brasileiro dos últimos 60 anos.

Em termos metodológicos, o denso trabalho documental e de observação de Teixeira opta por descrever a Contag, sua adaptabilidade e a vitalidade de sua permanência, a partir do que compreende como sua vida de face menos pública. Sua escolha privilegia aquilo que teria sido menos tematizado nos estudos hegemônicos sobre mobilização política coletiva na vida sindical. Esta parte invisível do *iceberg*, na metáfora utilizada pelo autor, é denominada de *ações de reprodução social*, inspirada na obra de Silvia Federici, em oposição às ações públicas de demonstração e produção das pautas sindicais que, mormente, pautariam os estudos desta área. O arco analítico de Teixeira compreende o universo de relações sociais no qual um extremo é a dinâmica interna da organização e o outro no qual se encontram as ações de interação com o Estado. É interessante notar que a noção de interação com a sociedade tende a flutuar entre os dois polos.

Para compor o arco, o autor classifica as ações da Contag em cinco conjuntos analíticos que serviram de base para a classificação, na forma de um gradiente de 25 tipos de ações que compuseram o banco de dados da pesquisa. Os conjuntos são:

- 1) ações internas, ações promovidas pela Contag que garantem o funcionamento do próprio movimento; 2) ações de articulação com atores da sociedade civil; 3) ações da Contag que buscam promover mudanças na sociedade; 4) ações da Contag de articulação, demanda ou contestação a alguma instância do Estado; 5) ações nas quais a Contag busca, ao mesmo tempo, promover mudanças na sociedade e articular, demandar ou contestar algo a alguma instância do Estado.

A partir do arranjo metodológico, o livro está estruturado em quatro capítulos e um posfácio que interpretam e descrevem os principais desafios e transformações enfrentados pela Contag nos seus 60 anos de existência.

O primeiro capítulo apresenta a construção de um consenso cronológico, desde o ponto de vista dos depoimentos e documentos analisados na pesquisa, sendo dividido nos seguintes períodos:

- 1) antecedentes e fundação da Contag (anos 1950-1964); 2) o golpe de 1964 e a intervenção sobre a Contag (1964-1968); 3) da eleição de José Francisco da Silva até o 3º congresso (1968-1979); 4) o 3º congresso da Contag e a mudança na forma de atuação da confederação (1979-1990); 5) a reestruturação da Contag (1990-1995); 6) a filiação da Contag à CUT e a criação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) (1995-2009); 7) da desfiliação da CUT à criação de uma confederação específica de agricultores e agricultoras familiares (2009-2015).

Buscando fornecer às leitoras marcos claros para a interpretação das informações de pesquisa, os sete períodos são reunidos em quatro conjuntos. O primeiro abrange o turbulento momento de institucionalização da confederação, as resistências cautelosas aos efeitos do golpe de 1964 e a posterior expansão de sua rede sindical, por meio do uso do Estatuto do Trabalhador Rural e do Estatuto da Terra, para exigir direitos e políticas, em vez de se envolver em confrontos públicos. No segundo, são apresentadas as condições para a retomada de demonstrações públicas de protesto, chamadas de lutas de massa, o surgimento de novos e a ampliação do leque de movimentos rurais. Na terceira, são trazidos os desafios da representação e da constituição de novas alianças e disputas, resultantes da ampliação na Constituição de 1988 dos sujeitos rurais de direito. O quarto e último conjunto reflete sobre como a Contag navegou pela década de 2010-2020, em meio a crises políticas e governos antagônicos.

O capítulo 2, intitulado “Ações de Reprodução Social”, é dedicado a explorar as atividades fundamentais, porém menos visíveis da Contag, que são cruciais para seu funcionamento contínuo e o desenvolvimento de suas ações coletivas. No esquema analítico proposto, é ali que encontramos a principal novidade interpretativa da obra. Nele, são detalhados e definidos com minúcia o sentido das ações de reprodução social. Nas palavras do autor, seriam aquelas atividades subjacentes que criam as condições necessárias para o desenvolvimento de ações coletivas visíveis, garantindo a própria existência e perenidade do sindicalismo como movimento social. As ações de reprodução social em dois tipos principais: 1) ações Internas: que são atividades promovidas pela Contag que garantem o próprio funcionamento do movimento; e 2) ações de articulação com atores da sociedade civil: que abrangem as diversas formas de engajamento da Contag com outros atores da sociedade civil. Para ilustrar esses tipos de ações de reprodução social, o capítulo analisa dois objetos emblemáticos, os 11

congressos nacionais da federação e a participação da Contag na Coprofam (Confederação das Organizações Familiares, Camponesas e Indígenas Produtoras do Mercosul Ampliado), como foi tema do trabalho de Carvalho (2021).

O capítulo 3 do livro, intitulado “Formas de Ações Coletivas”, aprofunda as várias maneiras pelas quais a confederação se engajou em lutas públicas e visíveis ao longo de sua história. O objetivo é desafiar visões simplistas que categorizam as ações da Contag, particularmente durante a ditadura militar, como “não combativas”, “domesticadas” ou meramente “assistencialistas”. Em vez disso, o capítulo busca compreender a ação política da Contag, considerando os contextos históricos específicos e as perspectivas de seus protagonistas. Seguindo a mesma estrutura dos capítulos anteriores, são analisados três casos emblemáticos para ilustrar essa diversidade e a transformação das ações coletivas da Contag ao longo do tempo: 1) as ações baseadas na legislação (anos 1960-1970); 2) as campanhas salariais e greves em Pernambuco (1979-1980); e 3) o Grito da Terra Brasil (GTB) que ocorreu entre 1994 e 2015. De forma específica, o conjunto analítico do capítulo observa reflexões internas dentro da Contag sobre a necessidade contínua de elaboração de novas estratégias, entrelaçando as ações visíveis e ações de reprodução social.

O capítulo 4 apresenta uma análise detalhada da Marcha das Margaridas entre 2000 e 2015. Seu argumento central é que a marcha, organizada pela primeira vez em 2000, é um caso emblemático para analisar sistematicamente e simultaneamente tanto a ação coletiva quanto as ações de reprodução social. A marcha é apresentada como uma manifestação da luta das trabalhadoras rurais em vários contextos, buscando tanto reivindicar direitos do Estado quanto promover mudanças sociais, mas principalmente, foi para a formação política das mulheres e sua aceitação como importantes sujeitos políticos nas estruturas representativas rurais até a simbólica inclusão do termo “trabalhadoras” no nome e nos documentos da Contag em 1998. Nesse sentido, Teixeira desenvolve os argumentos que haviam sido trazidos ao debate pelas intervenções de Aguiar (2016) e Galindo (2018).

Além das pautas agrícolas tradicionais, a participação mais efetiva das mulheres ampliou a pauta para temas como saúde, educação e violência. O capítulo ainda destaca que a marcha evoluiu para representar um espectro mais amplo de mulheres rurais, passando de “trabalhadoras rurais” para “mulheres do campo e da floresta” e, eventualmente, incluindo “mulheres das águas” (quilombolas, extrativistas, pescadoras, mulheres indígenas etc.), refletindo uma identidade mais inclusiva e negociada. O texto de Teixeira demonstra claramente que não se trata apenas de um evento de protesto, mas de um processo contínuo de formação, interação social e articulação política que fortalece a capacidade de ação do movimento.

O livro é concluído com um posfácio do livro, intitulado “Contag, 2015-2023”, que serve para atualizar suas leitoras sobre as ações da Contag e estimular novas pesquisas. Escrito como uma análise conjuntural, ele se baseia em documentos da Contag, mídia, observações

de eventos da confederação e conversas informais com sua diretoria e conselho consultivo. É nesse capítulo que temos uma interpretação fundamentada sobre a dissociação formal das categorias de “agricultores familiares” e “trabalhadores rurais assalariados” dentro da Contag, impulsionada pelo aumento da competição pela representação e pelas novas regulamentações do Ministério do Trabalho e Emprego. Para pesquisadoras e pesquisadores do tema, temos ali uma chave interpretativa que permite o entendimento das razões de hoje a confederação representar formalmente trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares.

Nesta conclusão se completa o complexo quadro interpretativo dos 60 anos da Contag, por meio da demonstração tanto das estratégias adaptativas de reprodução social interna quanto das ações coletivas externas, para navegar em um cenário político marcado por forças cada vez mais conservadoras e autoritárias. O texto sugere que os desafios futuros para o MSTTR incluirão a integração de novas identidades, o gerenciamento da competição por representação e a adaptação à digitalização. Por fim, Teixeira expressa a esperança de que o livro inspire novas pesquisas sobre a Contag e seu papel na formação do Brasil contemporâneo.

A descrição que apresentei acima reflete ainda pouco sobre a complexidade especialmente informativa e descritiva da obra e caberá às leitoras interessadas navegar com astúcia pelas mais de 400 páginas destinadas a se tornar referência incontornável.

Como entusiasta dos debates acadêmicos abertos, gostaria de concluir minha apreciação com um comentário teórico-metodológico sobre o significado heurístico do principal recurso narrativo do texto: a oposição entre ações de reprodução social e ações coletivas.

Segundo o autor, *“em toda ação coletiva há ações de reprodução social, assim como em todas as ações de reprodução social estão contidas possibilidades de se realizar ações coletivas”* (Teixeira, 2023: 46). Desta afirmação, poucas discordariam. No entanto, gostaria de expressar dúvidas sobre a eficácia sociológica do texto manter a dualidade discursiva entre ação coletiva e vida interna das organizações. Adianto que interpreto o recurso explicativo como uma estratégia, típica de trabalho originado de tese, de manter intactos os modelos interpretativos já vigentes sem provocar perturbações analíticas.

Lendo com acuidade o trabalho de Teixeira e conhecendo a literatura sobre o tema, cheguei ao final da leitura positivamente perturbado. O trabalho não é apenas de exploração de uma dimensão pouco explorada no texto. Como as próprias teses citadas na bibliografia (especialmente aquelas escritas por mulheres), a vida interna da Contag tem sido muito tematizada. A grande novidade deste livro é justamente demonstrar que ela está sempre ligada à ação coletiva. Se ela está sempre ligada, qual o sentido da separação analítica?

A metáfora da reprodução, na minha leitura, não representa teoricamente o que acontece com os movimentos sociais e, obviamente, com o sindicalismo. De certa forma, a dualidade reprodução/produção interno e externo, micro/macro, reedita, com nova roupagem, outras que isolam causalmente os elementos compostos da ação coletiva, como, por exemplo, base/superestrutura, ou ainda permanência e mudança social. Inspirado nas diversas vezes que

o autor ressalva, ao longo do texto, as obrigatórias conexões entre as supostas dimensões, tendo a ver o trabalho constante de criação de condições de existência entre indivíduos, instituições e o próprio Estado como produção.

A Contag de 2023 não é uma reprodução da Contag de 1963. Seus líderes, mesmo aqueles homens que permaneceram por mais tempo, não são os mesmos sujeitos de quando ingressaram na vida sindical. A luta permanece, mas não é a mesma. Eles foram interpelados e transformados, continuamente e infinitamente produzidos nas interações, disputas com colegas, governos e intelectuais militantes. Se os sujeitos, as bases e as próprias estruturas se alteraram, o que, afinal, teria sido reproduzido?

Em minha análise particular, dentro e de fora, produção e reprodução são escolhas analíticas que não necessariamente operam no decurso das ações sociais coletivas da própria Contag. Pelo contrário, o que aprendi com Teixeira é que, se existem analiticamente, suas fronteiras são porosas. Como na maioria dos trabalhos de origem acadêmica, o passo mais difícil, por vezes irrealizável nas condições de escrita, é reconhecer que as ferramentas analíticas, separando ações coletivas de sua preparação, são elementos provisórios. Eles são aproximações analíticas dos objetos já consagrados pela literatura, e não necessariamente de sua genuína forma social. Além de demonstrar isso empiricamente (como é feito), o trabalho poderia e ainda poderá seguir um pouco mais na preparação de um quadro conceitual que, originado do estudo da Contag, avance na transformação dos ainda limitados estudos das ações coletivas no campo.

O saudável debate conceitual que o livro suscita serve para reforçar a qualidade do estudo, acentuando que a descrição da vida coletiva da Contag e sua compreensão como uma força social fundamental na vida política e intelectual contemporânea do Brasil é um fato incontornável.

Recebido em: 08/09/2025

Aprovado em: 30/10/2025